



## Escola do Parlamento Paulistano

### PLANO DE ENSINO

#### I. IDENTIFICAÇÃO

<b>DISCIPLINA</b>	<b>Tendências Contemporâneas na Gestão do Orçamento Público</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>40 horas aula</b>
<b>CURSO</b>	<b>Tendências Contemporâneas na Gestão do Orçamento Público</b>	<b>Período</b>	<b>Novembro (9/5 a 4/7 de 2013)</b>
<b>PROFESSOR-COORDENADOR</b>	<b>Carlos Alexandre Nascimento</b>	<b>TITULAÇÃO</b>	<b>Mestre</b>

#### II. OBJETIVOS

##### A – Gerais

A segunda versão do Curso “Tendências Contemporâneas na Gestão do Orçamento Público” realizado pela Escola do Parlamento foi aprimorada a partir das avaliações do curso preenchidas pelos participantes da primeira versão e pela reflexão pedagógica e administrativa da equipe da Escola do Parlamento. Com uma carga horária maior (40h), o curso está dividido em dois módulos (Básico e Avançado).

O Módulo Básico tem dois objetivos e uma dupla função. Primeiramente, esta etapa inicial objetiva fornecer aos participantes uma introdução aos conceitos básicos das Finanças Públicas – possibilitando um entendimento mais abrangente acerca do papel do Estado em economias de mercado e um conhecimento mais específico de como o setor público intervém por meio das receitas e despesas públicas. Em segundo lugar, este módulo almeja dotar os participantes com conhecimento essencial sobre como funciona o sistema orçamentário brasileiro e o papel das instituições e atores envolvidos no processo orçamentário. Se ambos os objetivos são alcançados, o Módulo Básico funcionará como mecanismo tanto para promover a cidadania fiscal quanto para gerar uma base de conhecimento adequada para que os participantes possam tirar o máximo proveito do conteúdo do Módulo Avançado.

Por sua vez, o Módulo Avançado pretende oferecer aos participantes noções introdutórias das tendências contemporâneas da gestão do orçamento público. Baseando-se principalmente na experiência dos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a disciplina focará em como o sistema orçamentário é desenhado, ou seja, em como o processo orçamentário funciona de uma forma geral, sem a pretensão de cobrir todas as áreas setoriais do orçamento (saúde, educação, habitação, etc.). O curso enfatizará os tópicos que emergem frequentemente nas reuniões anuais da Rede de Altos Funcionários do Orçamento da OCDE (SBO). Embora o sistema orçamentário Brasileiro seja explorado no Módulo Básico, não será estudado nenhum outro sistema orçamentário nacional ou local específico e o material utilizado é sobretudo comparativo. A filosofia subjacente a esta abordagem é a de que é possível aprender sobre orçamento público ao estudar e refletir acerca das diferenças entre países. Embora o material comparativo olhe para a experiência de países desenvolvidos, a disciplina buscará sempre refletir sobre a aplicabilidade das mesmas nos contextos Brasileiro e Paulistano, explorando as possibilidades de implementação em nível local. Vale lembrar que o Brasil almeja se tornar um membro da OCDE e reformas orçamentárias deverão ser exigidas. Finalmente, este módulo foca o lado das despesas orçamentárias e não das receitas - em que pese a referência ocasional a assuntos de receitas e taxação abordados no Módulo Básico.

##### B – Específico (s)

Ao fim do curso, os participantes devem ter adquirido conhecimentos básicos sobre os aspectos teóricos e práticos das Finanças Públicas. Além disso, eles devem ter um entendimento geral de como o sistema orçamentário brasileiro funciona, incluindo as fases de formulação, aprovação, execução e auditoria, bem como serem capazes de identificar os atores e instituições envolvidas no processo orçamentário. Sobretudo, os

participantes deverão entender e estar aptos a discutir os principais assuntos abordados e dilemas enfrentados pelos funcionários governamentais que trabalham com orçamento público nos países desenvolvidos. Ao aprenderem sobre as tendências contemporâneas na gestão orçamentária, espera-se que os participantes também estejam aptos a pensar nas vantagens e desvantagens de tais modelos e experiências, assim como na possível adaptação e aplicação dos mesmos ao contexto Brasileiro, particularmente, na Prefeitura de São Paulo, após criteriosa reflexão sobre a realidade política e institucional da Cidade.

### III. EMENTA

Teorias de Finanças Públicas. Sistema Orçamentário Brasileiro. Análise política e técnica das tendências contemporâneas na gestão do orçamento público. Análise da aplicabilidade dos conceitos, modelos e experiências empregados nos países desenvolvidos à realidade Brasileira e Paulistana.

### IV. CONTEÚDO SELECIONADO

#### MÓDULO BÁSICO (15 HORAS-AULA)

O papel do setor público em economias de mercado  
Teoria da Tributação e Gastos Públicos  
Receitas, despesas e dívida pública: conceitos e definições  
O Sistema Orçamentário Brasileiro: atores, instituições e processo orçamentário  
Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)  
Orçamento público no Legislativo Paulistano

#### MÓDULO AVANÇADO (25 HORAS-AULA)

Introdução às tendências contemporâneas da gestão do orçamento público nos países da OCDE  
Teorias de Orçamento Público  
Orçamento de Cima para Baixo (Top-Down Budgeting)  
Orçamento baseado em desempenho (Performance Budgeting)  
Transparência Orçamentária  
Orçamento Participativo  
Orçamento Legislativo  
Federalismo Fiscal  
Eficiência nas compras governamentais  
Tópicos avançados para países em desenvolvimento (foco no Brasil e São Paulo)

### V. METODOLOGIA

A – Métodos

O curso será ministrado com base em aulas expositivas e palestras de professores convidados, com indicação de leituras aos participantes que desejem explorar os assuntos abordados em mais detalhes.

B – Recursos  
Audiovisuais.

### VI. AVALIAÇÃO

Será considerado aprovado o aluno que obtiver, no mínimo, 70 (setenta) pontos de aproveitamento e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) em cada Módulo do curso.

### VII. CERTIFICAÇÃO

Os participantes aprovados em ambos os módulos receberão certificado de conclusão referente ao curso inteiro, correspondendo à carga horária de 40 horas-aula. Aqueles que se matricularem em apenas um dos módulos serão certificados de acordo com aprovação, assiduidade e carga horária apenas do módulo selecionado e concluído.

## VIII. BIBLIOGRAFIA (provisória)

Não haverá leitura prévia para cada aula. Todavia, segue abaixo leitura básica sugerida para quem quiser explorar os tópicos em mais detalhes. No caso de textos que não possam ser acessados diretamente pela Internet, os alunos poderão solicitar ao Coordenador do Curso uma cópia eletrônica dos mesmos. Tendo em vista a exiguidade de referências bibliográficas em Língua Portuguesa para os assuntos que serão abordados no Módulo Avançado, a literatura sugerida é substancialmente em Inglês. Todavia, como não há leitura obrigatória para cada aula, não haverá prejuízo aos alunos que eventualmente não tenham fluência na Língua Inglesa. Além disso, para cada aula haverá uma apresentação que será disponibilizada aos participantes.

Andrade, N. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. São Paulo: Editora Atlas – capítulos 4, 5 e 9.

Blöndal, J. R. (2003). "Budget Reform in OECD Member Countries: Common Trends." *OECD Journal on Budgeting* 2(4): 7-25.

Caiden, N. (1980). "Budgeting in Poor Countries: Ten Common Assumptions Re-Examined." *Public Administration Review* 40(1): 40-46.

Davis, O. A., M. A. H. Dempster, A. Wildavsky (1966). "A Theory of the Budgetary Process." *American Political Science Review* 60(3): 529-547.

Ferejohn, J. and K. Krehbiel (1987). "The Budget Process and the Size of the Budget." *American Journal of Political Science* 31(2): 296-320.

Genro, T. & Souza, U. (1997). *Orçamento Participativo: a experiência de Porto Alegre*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.

Giambiagi, F.; Além, A. C. *Finanças Públicas*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 4ª Edição, 2011 – p. 4 a 14, capítulo 1.

Hallerberg, M. (2004). *Domestic Budgets in a United Europe: Fiscal Governance from the End of Bretton Woods to EMU*. Ithaca, Cornell University Press. Capítulos 1 and 2.  
<http://www.iadb.org/leg/Documents/Transparency%20Kopitz%20Eng.pdf>

International Monetary Fund (2009). "Fiscal Implications of the Global Economic and Financial Crisis." *IMF Staff Position Note* SPN/09/13.

Kim, J. M. and C.-K. Park (2006). "Top-down Budgeting as a Tool for Central Resource Management." *OECD Journal on Budgeting* 6(1): 87-125.

Kopits, G. and J. Craig (1998). "Transparency in Government Operations." *IMF Occasional Paper* 158. Versão disponível na Internet em:

Kristensen, J. K., Groszyk, W. S. and B. Bühler (2002). "Outcome-Focused Management and Budgeting." *OECD Journal on Budgeting* 1(4): 7-34.

Nascimento, C. (2011). "Does budget transparency matter? Evidence from a cross-country analysis for corruption, access to global financial markets and fiscal performance." *Dissertação de Mestrado* submetida à London School of Economics and Political Science (LSE).

Niskanen, W. A. (1971). *Bureaucracy and Representative Government*. Chicago, Aldine Atherton. Republicado em 1994 como *Bureaucracy and Public Economics*. Aldershot, Edward Elgar.

Organisation for Economic Co-operation and Development (2002). "OECD Best Practices for Budget Transparency." *OECD Journal on Budgeting* 1(3): 7-14.

Pires, V. (1999). *Orçamento Participativo: o que é, para que serve, como se faz*. Piracicaba, Edição do Autor.

Robinson, M., Ed. (2007). *Performance Budgeting: Linking Funding and Results*. Basingstoke, Palgrave Macmillan: Esp. chapter 1.

Roubini, N. and J. D. Sachs (1989). "Government Spending and Budget Deficits in the Industrial Countries." *Economic Policy* 4(1): 99-132.

Schick, A. (1998). "Why Most Developing Countries Should Not Try New Zealand Reforms." World Bank Research Observer 13(1): 123-131.

Tarschys, D. (2002). "Time Horizons in Budgeting." OECD Journal on Budgeting 2(2): 77-103.

Ter-Minassian, T., Ed. (1997). Fiscal Federalism in Theory and Practice. Washington, D. C., International Monetary Fund.

Tsebelis, G. and E. C. Chang (2004). "Veto Players and the Structure of Budgets in Advanced Industrialized Countries." European Journal of Political Research 43: 449-476.

Von Hagen, J. and I. J. Harden (1995). "Budget Processes and Commitment to Fiscal Discipline." European Economic Review 39: 771-779.

Wehner, J. (2006). "Assessing the Power of the Purse: An Index of Legislative Budget Institutions." Political Studies 54(4): 767-785.

## IX. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

MÓDULO BÁSICO (15 HORAS-AULA)				
Aula	Data	Conteúdo	Bibliografia	Professor(a)
0	9/5, 18:30h	Abertura		A confirmar
1	9/5, 19h às 21:30h	O papel do setor público em economias de mercado		Fernanda Graziella Cardoso (Consultora Técnica Legislativa em Economia da Câmara Municipal de São Paulo e Diretora Acadêmica da Escola do Parlamento)
2	14/5, 19h às 21:30h	Teoria da Tributação e Gastos Públicos		Fernanda Graziella Cardoso (Consultora Técnica Legislativa em Economia da Câmara Municipal de São Paulo e Diretora Acadêmica da Escola do Parlamento)
3	16/5, 19h às 21:30h	Receitas, despesas e dívida pública: conceitos e definições	Giambiagi, F.; Além, A. C. Finanças Públicas. Rio de Janeiro: Editora Campus, 4ª Edição, 2011 – p. 4 a 14, capítulo 1.	Fernanda Graziella Cardoso (Consultora Técnica Legislativa em Economia da Câmara Municipal de São Paulo e Diretora Acadêmica da Escola do Parlamento)
4	21/5, 19h às 21:30h	Planejamento e execução orçamentários: PPA, LDO e LOA	Andrade, Nilton de Aquino. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. São Paulo: Editora Atlas – capítulos 4, 5 e 9.	Fernanda Graziella Cardoso (Consultora Técnica Legislativa em Economia da Câmara Municipal de São Paulo e Diretora Acadêmica da Escola do Parlamento)
5	22/5, 19h às 21:30h	Palestra I: A LRF e seu impacto na gestão orçamentária: discutindo o caso paulistano		A confirmar
6	28/5, 19h às 21:30h	Orçamento no Legislativo: o papel das Comissões, audiências públicas e as emendas parlamentares		Gilberto Rodrigues Hashimoto (Consultor Geral da Consultoria Técnica de Economia e Orçamento - CTEO da Câmara Municipal de São Paulo)

**MÓDULO AVANÇADO (25 HORAS-AULA)**

7	4/6, 19h às 21:30h	Introdução às tendências contemporâneas na gestão do orçamento público nos países da OCDE.	Blöndal, J. R. (2003). "Budget Reform in OECD Member Countries: Common Trends." OECD Journal on Budgeting 2(4): 7-25.  International Monetary Fund (2009). "Fiscal Implications of the Global Economic and Financial Crisis" IMF Staff Position Note SPN/09/13.	Carlos Alexandre Nascimento (Coordenador do Curso)
8	6/6, 19h às 21:30h	Teorias de Orçamento Público: as primeiras teorias orçamentárias, Atores com poder de veto (Veto Players) e o Problema dos Recursos de Bem Comum (CPR).	Davis, O. A., M. A. H. Dempster, A. Wildavsky (1966). "A Theory of the Budgetary Process." American Political Science Review 60(3): 529-547.  Hallerberg, M. (2004). Domestic Budgets in a United Europe: Fiscal Governance from the End of Bretton Woods to EMU. Ithaca, Cornell University Press. Capítulos 1 e 2.  Niskanen, W. A. (1971). Bureaucracy and Representative Government. Chicago, Aldine Atherton. Republicado 1994 como Bureaucracy and Public Economics. Aldershot, Edward Elgar. Em particular, ler pp. 3-48.  Roubini, N. and J. D. Sachs (1989). "Government Spending and Budget Deficits in the Industrial Countries." Economic Policy 4(1): 99-132.  Tsebelis, G. and E. C. Chang (2004). "Veto Players and the Structure of Budgets in Advanced Industrialized Countries." European Journal of Political Research 43: 449-476.  Von Hagen, J. and I. J. Harden (1995). "Budget Processes and Commitment to Fiscal Discipline." European Economic Review 39: 771-779.	Carlos Alexandre Nascimento (Coordenador do Curso)
9	11/6, 19h às 21:30h	Orçamento de Cima para Baixo (Top-Down Budgeting)	Ferejohn, J. and K. Krehbiel (1987). "The Budget Process and the Size of the Budget." American Journal of Political Science 31(2): 296-320.  Kim, J. M. and C.-K. Park (2006). "Top-down Budgeting as a Tool for Central Resource Management." OECD Journal on Budgeting 6(1): 87-125.	Carlos Alexandre Nascimento (Coordenador do Curso)

10	13/6, 19h às 21:30h	Orçamento baseado em desempenho (Performance Budgeting)	<p>Kristensen, J. K., Groszyk, W. S. and B. Bühler (2002). "Outcome-Focused Management and Budgeting." OECD Journal on Budgeting 1(4): 7-34.</p> <p>Robinson, M., Ed. (2007). Performance Budgeting: Linking Funding and Results. Basingstoke, Palgrave Macmillan: Especialmente Capítulo 1.</p>	Carlos Alexandre Nascimento (Coordenador do Curso)
11	18/6, 19h às 21:30h	Transparência Orçamentária	<p>Kopits, G. and J. Craig (1998). "Transparency in Government Operations." IMF Occasional Paper 158. Versão disponível na Internet em: <a href="http://www.iadb.org/leg/Documents/Transparency%20Kopitz%20Eng.pdf">http://www.iadb.org/leg/Documents/Transparency%20Kopitz%20Eng.pdf</a></p> <p>Nascimento, C. (2011). "Does budget transparency matter? Evidence from a cross-country analysis for corruption, access to global financial markets and fiscal performance." Dissertação de Mestrado submetida à London School of Economics and Political Science (LSE). Disponível a partir de solicitação.</p> <p>Organisation for Economic Co-operation and Development (2002). "OECD Best Practices for Budget Transparency." OECD Journal on Budgeting 1(3): 7-14.</p>	Carlos Alexandre Nascimento (Coordenador do Curso)
12	20/6, 19h às 21:30h	Palestra II: Orçamento Participativo	<p>Pires, V. (1999). <i>Orçamento Participativo: o que é, para que serve, como se faz</i>. Piracicaba, Edição do Autor.</p> <p>Genro, T. &amp; Souza, U. (1997). <i>Orçamento Participativo: a experiência de Porto Alegre</i>. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.</p> <p>E outros a definir com o palestrante</p>	A confirmar
13	25/6, 19h às 21:30h	Orçamento Legislativo: uma visão sobre o controle do orçamento pelo Poder Legislativo no mundo	<p>Wehner, J. (2006). "Assessing the Power of the Purse: An Index of Legislative Budget Institutions." Political Studies 54(4): 767-785.</p>	<p>Carlos Alexandre Nascimento (Coordenador do Curso)</p> <p>Aplicação: Emendas orçamentárias no Congresso Nacional Brasileiro (Roberto Cardoso Ferreira - Escola do Parlamento)</p>

14	27/6, 19h às 21:30h	Palestra III: Federalismo Fiscal	Ter-Minassian, T., Ed. (1997). Fiscal Federalism in Theory and Practice. Washington, D. C., International Monetary Fund. Contém estudos de casos úteis além de visões conceituais sobre transferência legais de despesas (capítulo 2), transferências legais de impostos (capítulo 3), transferências intergovernamentais (capítulo 4), e endividamento subnacional (capítulo 7).  E outros a definir com o palestrante	A confirmar
15	2/7, 19h às 21:30h	Palestra IV: Eficiência nas compras governamentais	A definir	Alexandre Motta (Diretor Geral da ESAF – Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda)
16	4/7, 19h às 21:30h	Tópicos avançados para países em desenvolvimento (foco no Brasil e São Paulo)	Caiden, N. (1980). "Budgeting in Poor Countries: Ten Common Assumptions Re-Examined." Public Administration Review 40(1): 40-46.  Schick, A. (1998). "Why Most Developing Countries Should Not Try New Zealand Reforms." World Bank Research Observer 13(1): 123-131.	Carlos Alexandre Nascimento (Coordenador do Curso)

### Corpo Docente:

**Alexandre Ribeiro Motta** é Economista (Universidade Metodista de Piracicaba) e Mestre em Desenvolvimento Econômico (Instituto de Economia da Unicamp). Atualmente é o Diretor Geral da Escola de Administração Fazendária (ESAF) do Ministério da Fazenda. Foi Secretário de Finanças do Município de Piracicaba (SP). Atuou no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, primeiramente como Diretor de Logística e Serviços Gerais da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação e posteriormente como Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA). Na Presidência da República, assessorou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e o Gabinete do Ministro Chefe das Relações Institucionais. No âmbito das empresas estatais, foi Diretor-Presidente da Companhia Docas do Pará. Também participou dos Conselhos de Administração da mesma Cia. e da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista.

**Carlos Alexandre Nascimento (Coordenador do Curso)** é Bacharel em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas-SP e Mestre em Gestão e Políticas Públicas pela London School of Economics and Political Science (LSE), Londres, Reino Unido. Foi Secretário-Adjunto do Trabalho na Prefeitura de São Paulo, ocupando outros cargos nesta Secretaria. Trabalhou também na Câmara Municipal e na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Atualmente é Diretor Acadêmico da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo e consultor para organizações públicas e privadas.

**Fernanda Graziella Cardoso** é Doutora em Economia das Instituições e do Desenvolvimento pela FEA-USP e Mestre em Economia da Indústria e da Tecnologia pelo IE-UFRJ. Consultora Técnica Legislativa em Economia da Câmara Municipal de São Paulo. Atualmente ocupa cargo de Diretora Acadêmica da Escola do Parlamento.

**Gilberto Rodrigues Hashimoto** é Economista formado pela USP e Mestre em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas-SP – concentração em Finanças Públicas. Foi aluno visitante na George Washington University - Washington, DC, EUA. Professor de Economia e Finanças, tendo lecionado na Uniban, Universidade Mogi das Cruzes, Uninove, Sociedade Brasileira de Direito Público e FUNDAP. É Consultor Geral da Consultoria Técnica de Economia e Orçamento (CTEO) da Câmara Municipal de São Paulo.

**OBS: O nome e currículo dos palestrantes convidados serão divulgados oportunamente e o Plano de Ensino será automaticamente atualizado.**

**Local do Curso:** Câmara Municipal de São Paulo (Viaduto Jacareí, 100 – Bela Vista), Auditório Prestes Maia, 1º andar.

**Público-alvo:** servidores públicos dos Poderes Executivo e Legislativo de São Paulo e outros municípios, servidores públicos estaduais, pesquisadores, acadêmicos, membros de organizações não governamentais e movimentos sociais e pessoas interessadas no tema, de forma geral.

**Inscrições e programação:** no site [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), em **Escola do Parlamento**, no link **Eventos e Cursos**.

**Mais informações:** escoladoparlamento@camara.sp.gov.br